



A CIVILIZAÇÃO ROMANA

Os romanos construíram uma das mais importantes e grandes civilizações de todos os tempos. Sobre as suas origens existem duas versões: a origem lendária ou mitológica e a origem científica ou pastoril.

ROMA: ORIGEM LENDÁRIA: A fundação de Roma está envolta em lendas. Segundo a narrativa do poeta Virgílio, em sua obra Eneida, os romanos descendem de Enéias, herói de Tróia que escapou quando os gregos destruíram a cidade, por volta de 1400 a.C. Sob proteção de Vênus e guiado por Júpiter, Enéias chegou à península Itálica e fundou a cidade de Lavínio. Seu filho Ascânio fundou Alba Longa e aos descendentes Rômulo e Remo coube a missão de fundar Roma.

Rômulo e Remo seriam filhos gêmeos da princesa albana Rea Sílvia e do deus Marte. Os dois foram atirados ao rio Tibre por ordem de Amúlio, usurpador do trono de Alba Longa, pertencente a Numitor, avô dos gêmeos. Amamentados por uma loba e depois criados por um camponês, os irmãos cresceram e voltaram a Alba Longa para destronar Amúlio; com isso, Numitor pôde retomar o poder. Então, os dois receberam a incumbência de fundar Roma.

Protegido pelos deuses, Rômulo traçou um sulco no chão com seu arado para marcar o local das primeiras construções. Enciumado, Remo saltou sobre a marca sagrada. Rômulo ficou revoltado e matou o irmão. O próprio Rômulo desapareceria mais tarde durante uma tempestade e passaria a ocupar, com o nome de Quirino, um lugar no Panteão, o templo romano de todos os deuses.

ROMA: ORIGEM CIENTÍFICA: Segundo os pesquisadores, Roma era uma pequena cidade fundada pelos latinos às margens do rio Tibre. Foi povoada pelos latinos e sabinos, que viviam como camponeses e criadores de cabras e porcos. Eram governados por um rei eleito por um conselho chamado Senado. O rei era a autoridade máxima no exercício das funções executiva, judiciária e religiosa. Na função legislativa tinha o poder limitado pelo Senado, que podia vetar as leis que apresentasse. A aprovação das leis era atribuição de uma Assembléia composta por todos os cidadãos.

Eram considerados cidadãos romanos os grandes proprietários de terras, chamados **patrícios**, que constituíam a camada mais rica da sociedade. A maioria da população romana era composta por pequenos proprietários rurais, lavradores, comerciantes e artesãos, chamados **plebeus**: eram livres, serviam ao exército e não tinha direitos políticos. Havia ainda uma camada formada pelos **clientes**, indivíduos de origem plebéia ou estrangeira que se associavam aos patrícios, prestando-lhes serviços em troca de proteção jurídica e ajuda material. Na base da escala social estavam os **escravos**, em geral recrutados entre os povos vencidos em guerras (eram desprovidos de direitos).

A história romana é dividida em 3 fases ou períodos: Monarquia (753 a.C. – 509 a.C.), República (509^a.c – 27 a.C.) e Império (27 a.C. – 476 d.C.).

PERÍODO MONÁRQUICO: período que Roma foi governada por sete reis. Os reis tinham poderes sobre a vida e a morte dos cidadãos, eles eram auxiliados pelo Senado, do qual apenas os patrícios poderiam participar. O primeiro rei foi Rômulo. No período monárquico ocorreu a chegada dos etruscos em Roma e este povo do norte acabou assumindo o poder e tiveram a maioria dos reis que governaram Roma e começaram a expansão dessa civilização por toda a Península Itálica. No ano de 509 a.C., houve uma conspiração dos patrícios que derrubaram o rei e fundaram um novo regime político.

PERÍODO REPUBLICANO: após a expulsão dos reis etruscos, os romanos iniciaram uma nova fase em sua história política – a República – nesse período o **Senado** se tornou a instituição política mais importante. Nesse período, os romanos iniciaram um processo de expansão territorial e política, e internamente ocorreram muitos conflitos entre patrícios e plebeus. Essa foi uma fase de crise interna e de trocas culturais com outros povos.

O Senado, que era formado inicialmente apenas pelos patrícios, passou a ser considerado o órgão que representava os interesses dos romanos, e que deveria, portanto, tornar-se responsável pela administração da “coisa pública”. Para a administração da cidade e dos interesses de seus cidadãos, eram eleitos anualmente dois **magistrados** que eram denominados **cônsules** que administravam a cidade, comandavam o exército e presidiam o Senado. Para auxiliar os cônsules eram indicados outros magistrados para as funções administrativas.

MAGISTRATURAS

Questores	Eram responsáveis pela administração financeira, arrecadação de impostos e gastos públicos.
Edis	Responsáveis pelas construções, manutenção de estradas e aberturas de comércio.
Pretores	Eram responsáveis pela aplicação das leis.
Censores	Realizavam os recenseamentos e zelavam pelos bons costumes
Pontífice Máximo	Era o chefe dos sacerdotes religiosos e influenciavam nas decisões políticas.

A REPÚBLICA DOS CIDADÃOS RICOS: como vimos anteriormente a República em Roma só beneficiava os patrícios. Foi assim que os plebeus passaram a lutar por mais direitos. Aos poucos foram acumulando conquistas: direito de ter seus próprios magistrados, chamados **tribunais da plebe** e, mais tarde, a **Assembléia da Plebe**. Mas a maior conquista dos plebeus foi a chamada **Lei da Canuléia**, que permitia o casamento entre patrícios e plebeus, até então proibido e a **Lei Licínia** que decretou o fim da escravidão por dívidas e o direito dos plebeus de possuírem terras nas regiões conquistadas. Dos Tribunais da Plebe destacaram-se os irmãos Gracos (Tibério e Caio) que conseguiram importantes reformas que beneficiavam os plebeus.

CONQUISTAS TERRITORIAIS E ECONÔMICAS: Durante o império os romanos expandiram os seus domínios com a formação de um poderoso exército. Primeiramente dominaram as terras de seus vizinhos da península itálica e entre os séculos V a.C. e III a.C. os romanos começaram a disputar territórios com os Cartagineses, civilização do norte da África. Essas disputas entre Cártago e Romanos foi denominada de **Guerra Púnicas** (264 a.C. – 146 a.C.). O conflito terminou com a vitória dos romanos que dominaram toda região do Mediterrâneo e expandiu seus domínios até a região da Península Ibérica (atual território da Espanha e Portugal).

A CRISE DA REPÚBLICA AMEAÇADA: Os escravos, utilizados em todas as atividades, eram propriedade de seu senhor. As fugas e rebeliões eram comuns, apesar da repressão. Alguns recebiam pagamento pelas funções exercidas e conseguiam comprar a liberdade depois de algum tempo e se tornar cidadãos. Os plebeus estavam cada vez mais descontentes com esta situação. As vitórias militares deram prestígio e popularidade aos generais romanos. Eles não aceitavam mais ordens e incitavam o povo a pressionar o Senado, corrompiam senadores, impediam eleições ou interferiam nos resultados. Não admitiam concorrentes e, quando surgiam rivais, usavam os soldados sob seu comando para massacrar quem apoiasse o adversário.

Em 46 a.C., Júlio César, um político de origem nobre, dizendo “defender o povo e a República”, estabeleceu uma ditadura pessoal: concentrou todos os poderes (político, militar e religioso) em suas mãos. Caio Otávio, em 36 a.C., impôs seu domínio sobre as províncias romanas da África e venceu seu rival Marco Antônio. Recebeu títulos de poderes que o tornaram o único governante de Roma e de todas as províncias romanas. Era o fim da república. Começava o Império.

LEITURA E REFLEXÃO:

Política do Pão e circo: Para manter sob controle a grande massa de desocupados que viviam nas cidades, as autoridades romanas distribuíam alimentos periodicamente e promoviam inúmeros espetáculos públicos. Pão e circo era a fórmula considerada infalível para manter a massa popular sob controle.

O Coliseu: era um anfiteatro para cerca de 80 mil espectadores. No Coliseu era realizado um dos espetáculos preferidos pelos romanos: o combate entre gladiadores. Os gladiadores eram geralmente homens escravos, obrigados a lutar até o momento em que um deles caía no chão, morto ou ferido. Neste último caso, o gladiador vencido implorava pela vida. E a multidão, delirante, assumia o papel de juiz e decidia se o ferido merecia ou não continuar vivendo, de acordo com seu desempenho na luta. De modo geral, a multidão, apontando o polegar para baixo, exigia a morte do vencido.

PERÍODO IMPERIAL: Nesse período o imperador era a autoridade máxima e concentrava em suas mãos todos os poderes. Ele governava o império, decidia as leis, exercia o comando do exército, nomeava membros do Senado e exercia funções religiosas. **Otávio Augusto** foi um imperador que se destacou e reinou sozinho por mais de quarenta anos (de 30 a.C. a 14 d.C.). Seu governo foi lembrado como um período de paz e grandes realizações. Impôs ordem na vida política e social, usando de muito rigor com seus inimigos políticos e de habilidade no trato com os patrícios, soldados e o povo.

Durante a dinastia de Julio-Claudiana, ocorreram disputas pelo poder causando certa instabilidade, porém na dinastia Antoniana, Roma passou pelo período conhecido como **Século ou Idade do Ouro**, no qual Roma atingiu a sua maior extensão territorial além de um grande desenvolvimento cultural.

CRISE DO IMPÉRIO: Os romanos acreditavam que o poder de seus exércitos e o desenvolvimento de sua cultura garantiria eternamente o seu Império. Mas estavam enganados... **As sucessivas crises econômicas, a corrupção no exército e dos administradores das províncias somadas às invasões de povos vindos de outras regiões – chamados pelos romanos de “bárbaros” – provocaram a ruína daquele poderoso Império.** De todas as instituições romanas, somente a Igreja Católica Apostólica Romana sobreviveu.

Depois de dois séculos de paz, as guerras voltaram ao Império Romano. Mas não foram guerras de conquista, e sim, de defesa: as fronteiras do Império estavam sendo ultrapassadas pelos chamados povos “bárbaros”. As atitudes dos imperadores em relação a estes fatos variavam: uns declaravam guerra, outros autorizavam a entrada. Assim, muitos grupos germânicos foram admitidos no Império trabalhando no campo ou ocupando alguns postos no exército romano. A crise econômica gerou o enfraquecimento do exército e, conseqüentemente, o enfraquecimento das fronteiras do Império Romano.

Além da crise financeira, uma crise de ordem social e religiosa abalava as estruturas do Império especialmente com a difusão de uma nova religião “**o cristianismo**”. Essa nova doutrina pregada por Jesus Cristo depois por seus seguidores, conseguiu muitos adeptos entre as camadas sociais mais carentes e ela pregava que a salvação seria dada aos humildes e oprimidos e também pregava a existência de um único Deus, diferente da religião romana o **paganismo**, que pregava a existência de vários deuses e que o imperador seria uma divindade viva na Terra e que todos deveriam ser submissos a eles. O governo romano tolerava as diversas crenças existentes no Império, mas fazia uma exigência: que todos devessem respeito ao imperador. Os cristãos não participavam das cerimônias oficiais e dos cultos ao imperador. Para o governo romano isso era necessário para condenar os cristãos ao exílio, trabalho forçado, tortura, crucificação... Mas mesmo assim, o cristianismo se difundiu ainda mais, o crescimento era tão surpreendente que acabou ocasionando a conversão do Imperador Constantino ao cristianismo e seu sucessor o Imperador Teodósio acabou tornando essa religião na religião oficial do Império Romano e fundou a Igreja Católica Apostólica Romana.

As diversas dificuldades que enfrentava Roma fizeram com que o Imperador Constantino transferisse a capital para o Oriente, lugar mais próspero do Império. A ela se deu o nome de Constantinopla. Após a morte do imperador Teodósio, o império foi dividido entre seus dois filhos, um ficando com o Império do Oriente e o outro com o Império do Ocidente. O lado oriental continuou próspero e livre das invasões bárbaras, enquanto o ocidental teve sucessivas invasões até a deposição do último imperador romano por um chefe germânico que assumiu o poder com o título de rei de Roma.

LEGADO ROMANO: Os romanos conquistaram a Grécia e adotaram, em muitos aspectos, a cultura dos gregos dominados. Por isso, o filósofo Bertrand Russel dizia que Roma foi culturalmente um parasita da Grécia.

Os romanos além de copiarem a cultura grega na religiosidade, na filosofia, na arquitetura e em outros aspectos, fizeram também boas estradas, códigos jurídicos, exércitos eficientes..

A civilização romana deixou um legado riquíssimo para a cultura ocidental contemporânea. Dentre os legados podemos destacar: O **Direito romano** que é base da legislação adotada hoje em diversos países do mundo. Seis **línguas modernas**, entre elas o português, derivaram do **latim** falado pelos romanos. E as influências não param por aí: a arquitetura, a literatura, a prática política, a organização administrativa e do exército marcaram profundamente as sociedades ocidentais.

BONS ESTUDOS!